Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 325 - 350, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // 10.5418/ra2021.v17i32.12477

O LUGAR POLÍTICO DAS MULHERES: Feminismo, possibilidades e contribuições da geografia

WOMEN'S POLITICAL PLACE: Feminism, possibilities and geography contributions

EL LUGAR POLITICO DE LAS MUJERES: Feminismo, posibilidades y contribuciones de la geografía

Gleys Ially Ramos

RESUMO

As lutas das mulheres ao longo dos anos têm mobilizado e estremecido a estrutura política. O Feminismo entendido como "mulheres em movimento" ganha outra conotação e passa a ser também um direito internacional em reconhecimento. Dessa maneira, o objetivo principal aqui é identificar como a Geografia acompanha e contribui nas pautas de gênero e de mulheres. Diante do exposto, traremos para análise algumas movimentações feministas latino-americanas que forjaram mudanças significativas e o percurso da Geografia Feminista na Geografia. Trataremos desse debate sobre a perspectiva da interseccionalidade, ou seja, analisando diferentes categorias e espaços que contribuem para que as mulheres permaneçam em opressões diversas, ao mesmo tempo que forjam resistências.

Palavras-chave: Feminismo. Geografia Feminista. Política. Mulheres

ABSTRACT

Women's struggles over the years have mobilized and shuddered the political structure. Feminism, understood as "women on the move", gains another connotation and it also becomes an international law in recognition. Thus, the main objective here is to identify how Geography accompanies and contributes to gender and women's agendas. In view of the above, we will bring to analysis some Latin American feminist movements that forged significant changes and the path of Feminist Geography in Geography. We will deal with this debate about the perspective of intersectionality, that is, analyzing different categories and spaces that contribute to women remaining in various oppressions, while forging resistance.

Keywords: Feminism. Feminist Geography. Policy. Women

RESUMEN

Las luchas de las mujeres a largo de los años han movilizado y estremecido la estructura política. El feminismo entendido como "mujeres en movimiento" gana otra connotación y se convierte también en un derecho internacional en reconocimiento Así, el objetivo principal aquí es identificar cómo la Geografía acompaña y contribuye a las agendas de género y de las mujeres. Delante de la exposición, llevaremos al análisis algunos movimientos feministas latinoamericanos que forjaron cambios significativos y el camino de la Geografía Feminista en la Geografía. Nos ocuparemos de este debate sobre la perspectiva de la interseccionalidad, eso es, analizando diferentes categorías y espacios que contribuyen para las mujeres permanezcan en diversas opresiones, al miesmo tiempo que forge la resistencia.

Palabras clave: Feminismo. Geografía feminista. Política. Mujeres

"Podemos frequentar esse mundo, mas não viver nele."
(bell hooks)

Introdução

Começando pelo fim: a ONU-Mulheres e um mundo de possibilidades?

Visando analisar os movimentos feministas latino-americanos que forjaram mudanças significativas para que a política voltasse seu olhar para as mulheres e, sobretudo, para as latinas e caribenhas, em seu recorte mais pontual – pobres, pretas, indígenas, do campo e da floresta – traremos aqui um debate sobre a perspectiva interseccional atrelada à Geografia – não só como ciência capaz de identificar e analisar esses movimentos, mas de contribuir para que o espaço seja ferramenta de transformação da vida das mulheres.

Como bem menciona Angela Davis (2017), a interseccionalidade é uma análise de diferentes categorias, espaços e condições que contribuem para que as mulheres permaneçam em opressões diversas. Dessa maneira, permite também, entender quais têm sido as frentes feministas que combatem essas opressões ao mesmo tempo em que espacializam suas lutas.

Tomou-se a decisão de iniciar os debates propostos aqui a partir do setor responsável por tratar as questões ligadas estritamente às mulheres na Organização das Nações Unidas (ONU) – o ONU-Mulheres. Este (setor) iniciou seu funcionamento em 1° de janeiro de 2011. Uma atuação institucional recente, entretanto, advinda de lutas e espacialidades diversas no formato de reivindicações com temporalidades diferentes, mas com objetivos convergentes: salvar a vida das mulheres. E mais recentemente ainda, no ano de 2019 se ambicionou projetar mulheres em espaços com diferentes escalas de poder ou de pensar esse poder.

Trazer a ONU para a discussão, a partir da ONU-Mulheres é uma forma de entender como a América Latina e Caribe e, particularmente, o Brasil se organizam no enfrentamento direto às violências sociais e institucionais que assolam as mulheres. Na primeira (sociais), com a letalidade, ou seja, a morte das mulheres escancarada na violência mais brutal e, na segunda (institucional), excluindo essas mulheres de pensarem suas condições e assim, não contribuírem politicamente para uma transformação que as permita não só sobreviver, mas lutar para uma equidade de gênero.

Salienta-se também, que as organizações internacionais vêm dando respaldo para as movimentações políticas das mulheres no Brasil, sejam elas a partir dos movimentos sociais e entidades diversas, sejam elas partidárias. Não é demais lembrar que desde o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, os campos progressistas (e/ou de esquerda) tem tido inúmeras dificuldades de organizar suas agendas políticas, dada a violência amplificada.

Em uma campanha publicada no ano de 2019, a ONU-Mulheres fez um balanço de 2018, ano esse do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e levantou algumas prioridades nos debates que seriam orquestrados para os anos seguintes. Antes dos motes, a campanha descreveu 2018 como um ano triste para as lutas das mulheres em toda América Latina e Caribe. "Com o encerramento de 2018, lembramos das histórias de algumas das ativistas que se levantaram contra injustiças, desafiaram estereótipos e inspiraram a todos". Os motes levantados foram: não deixar ninguém para trás; mentoria é importante; apoio às sobreviventes; persistir frente a obstáculos; solidariedade muda vidas e; ouvindo as próximas gerações (ONU-MULHERES, 2019).

Pensando a ONU e demais organizações como espaços cuja composição histórica, majoritariamente, teve (e ainda tem) predominância masculina, é preciso entender as dinâmicas políticas que levaram à criação de um espaço que primasse pelas questões relacionadas à mulher a princípio, evoluindo para o debate de gênero e, atualmente, traz perspectivas feministas para as análises das situações críticas que envolvem diretamente as mulheres, como o estupro, a descriminalização e a legalização do aborto, as migrações forçadas e, em 2020, os impactos do novo coronavírus sobre as mulheres.

Não podemos perder a dimensão do debate aqui proposto. As organizações, em particular a ONU, refletem a forma como a política ainda é construída, projetada e por quem é pensada. De acordo com Biroli (2018), a política tem sido, historicamente, um espaço masculino. Basta um rápido olhar para as hierarquias nos partidos políticos, plenárias dos legislativos nacionais, estaduais e municipais, para os gabinetes onde estão instalados os integrantes do primeiro escalão nos governos, para que se entenda o que isso significa, como isso se solidifica e subtrai as relações de gênero. Tal situação não muda na academia. Não muda na Ciência e não é diferente na Geografia.

Para Silva e Ornat (2020), o desprezo pela produção das Geografas Feministas produzidas há mais de quarenta anos, e o silenciamento sobre privilégios de gênero nas abordagens espaciais pelas correntes hegemônicas da Geografia latino-americana, tornaram impossíveis se manterem frente a explícita e material geograficidade das mulheres nesses últimos anos. Todavia:

> O campo científico da Geografia na América Latina foi paulatinamente sendo permeado pelas pesquisas de gênero e sexualidades, evidenciando crescimento acentuado em países como Brasil, Argentina e México, bem como o surgimento de jovens pesquisadores(as) no Equador, Colômbia e Chile (SILVA; ORNAT, 2020, p.164).

Tais informações vão ao encontro de outras sistematizações. De acordo com dados aludidos por Blay e Avelar (2017), apesar de serem 52,1% do eleitorado e 44,3% dos filiados a partidos políticos, as mulheres são somente 14,8% dos senadores, 13,4% dos vereadores, 11,4% dos deputados estaduais, 11% dos prefeitos, 9,9% dos deputados federais e 3,7% dos governadores brasileiros. Apenas 18,7% dos cargos das comissões executivas nacionais são ocupados por mulheres. Quando elencamos outros setores, como o Judiciário, órgãos e instituições, as posições de topo e de tomadas de decisões, os números ficam cada vez mais ínfimos, o que demonstra a fragilidade do sistema democrático, da política e dos espaços de poder e sua relação com as mulheres.

Era de se esperar que outros espaços institucionais ou organizacionais exprimissem essa fragilidade. A luta por um espaço dentro da ONU para que as mulheres tivessem "espaço" não foi uma política de construção rápida. A própria ONU reconhece que foram anos de debates (e embates), o que contraria os pressupostos de criação da própria organização. Como bem coloca Piovesan (2011):

> A criação das Nações Unidas, com suas agências especializadas, demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, que instaura um novo modelo de conduta das Relações Internacionais, com preocupações que incluem a manutenção da paz e a segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados, a adoção de cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, a adoção de um padrão internacional de saúde, proteção ao meio ambiente, a criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos direitos humanos. (PIOVESAN, 2011, p. 126)

Blay e Alterman (2017) questionam que, não fosse pelas demandas levadas por organizações locais, movimentos e redes de mulheres, somados à sua atuação nas instituições participativas e com entrada nas agências de políticas para mulheres em âmbito governamental, seriam impossíveis as conquistas das mulheres obtidas nas legislações, nas políticas públicas e no campo científico que, em rede e em movimentos que se transnacionalizaram, evidenciaram a importância de espaços como o da ONU-Mulheres.

Foram várias conferências, encontros, convenções que esboçaram a problemática que envolve a vida das mulheres e todas as condições delas atreladas aos diversos tipos de violências, negligências, abusos, explorações e subordinações econômicas e culturais. Foram esses espaços que forjaram a coexistência da ONU-Mulheres e da própria ONU. Isto é, não foi a ONU enquanto organização que provocou esse debate, mas a composição de movimentos, redes, pequenas organizações que forjaram a ONU-Mulheres.

Destacamos algumas conferências imprescindíveis para a composição das temáticas que forjariam a ONU-Mulheres. As quatro Conferências Internacionais da Mulher (1975, 1980,

1985 e 1995) foram realizadas com o escopo de avaliar a situação das mulheres em diferentes espaços e de formular estratégias para avançar em face dos direitos básicos, mas também protagonizar a construção de igualdades e equidades locais e internacionais, como bem assinala Mckinnon (1991). Ou seja, construir elas próprias suas políticas, estando presentes nessas construções. Para Basterd:

> É dentro dessa ótica que devemos observar não apenas a Conferência de Beijing, mas todas as outras que tratam de temas gerais e que repercutem de igual forma sobre as mulheres. Qual o seu potencial para o fortalecimento do movimento de mulheres, desde o processo de sua preparação, passando pelo momento de sua realização, até a transformação dos compromissos assumidos nesses momentos em lei interna ratificada pelo Congresso Nacional e capaz de gerar políticas públicas efetivas? Entender essa questão é de fundamental importância. Muitas vezes podemos ter a sensação de que o intenso processo de preparação para intervirmos nas conferências interfere no curso de nossa militância calcada nas questões de nossa realidade nacional. Talvez essa seja uma falsa dicotomia, embora certamente nos vejamos diante da necessidade de combinar os dois processos. (BASTERD, 1995, p. 191)

Em 1975, a ONU declarou essa data como "Ano Internacional da Mulher" e realizou a primeira Conferência Mundial da Mulher, na Cidade do México. O objetivo que orientou a conferência foi o de debruçar sobre como eliminar as discriminações contra a mulher e avançar socialmente sobre seus direitos, com isso surgiu o Plano de Ações Estratégicas que trazia orientações para governantes (não adotado por vários países, incluindo o Brasil). Entretanto, a ênfase da conferência foi o estabelecimento de um ponto de encontro para mulheres do mundo inteiro. Parlamentares, ativistas, delegadas civis e populares tinham, enfim, a possibilidade de um espaço.

Nas conferências seguintes – Copenhague (Dinamarca), Nairóbi (Quênia) e Pequim (China), avançou-se na possibilidade de as mulheres estarem presentes nos projetos que primavam pela paz entre as nações e concretizou-se a ideia da criação do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher, o qual seria convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Por fim, determinou (e não mais sugeriu) que os países tomassem atitudes para resguardar a propriedade financeira e intelectual, herança e questões relacionadas às nacionalidades das mulheres.

Muito pouco se avançou sobre as questões envolvendo as migrações compulsórias/forçadas e seus efeitos sobre as mulheres no mundo inteiro. Esse é, um mote que a Geografia Feminista enfatiza desde o seu surgimento. Para Veleda da Silva (1998, p. 106), estes movimentos ocorreram em períodos e intensidades diferentes no mundo, principalmente numa escala latina. Ampliaram-se e, de reivindicações mais pontuais, passaram a questionar a própria cultura ocidental, incluindo desde o relacionamento privado homem-mulher até a própria ciência considerada comprometida com a visão masculina do mundo.

A migração é um projetar para fora. Forçado. Violento. E a esfera pública ainda é masculina.

Para Martinez (1995, p. 18), existem três grandes áreas na Geografia fundamentais para tencionar enfoques de gênero. A primeira cujos debates estão nas relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia, ou seja, centrada no espaço enquanto construção social e de gênero. A segunda, dispõe-se sobre as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero e a terceira expande o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres em distintas escalas. Desde a escala local, pensando o cotidiano (lugar), por exemplo, até a global acompanhando os movimentos migratórios transnacionais (território). Dessa maneira, são salutares conceitos de Espaço e de Lugar e a importância que suas definições introduzem as diferenças de gênero e as relações entre gênero e natureza/meio (ambiente).

E foi justamente nas relações entre gênero e natureza/meio que a busca da igualdade de gênero ganhou conotação e reconhecimento em diversas partes do mundo. Passou a virar políticas e políticas públicas. Em Nairóbi, 1985, as perspectivas feministas foram conside-

radas em vários documentos e se destacaram em várias falas e intervenções das mulheres no encontro. A maioria das pautas das mulheres nas organizações internacionais surgiram de debates sobre natureza, preservação/conservação e ambiente.

Somente em 1995, na Conferência da China, definiram-se os direitos das mulheres como direitos humanos. E propôs-se, inclusive, a revisão destes, nos cânones de seus respectivos países, cobrando compromissos dos países participantes e o protagonismo das mulheres nessas mudanças. Inserindo as mulheres obrigatoriamente nas pautas de economia e política. A questão colocada foi:

> De que forma esses compromissos expressos em declarações, convenções ou tratados têm tido a capacidade de influenciar na mudança da legislação nacional e na geração de políticas públicas ou ações que efetivamente possam representar sua aceitação de fato, fortalecendo o movimento de mulheres. As decisões tomadas em fórum internacional muitas vezes aprovadas por unanimidade, tornam-se quase sempre mera retórica nos territórios nacionais. Isso porque esbarram nos obstáculos culturais e na dificuldade de compatibilizar ações na área dos direitos humanos com modelos de desenvolvimento econômico e político excludentes e, portanto, incompatíveis com esses mesmos direitos. Por outro lado, a ausência de movimentos de mulheres organizados em muitos países, atua como causa da pouca repercussão dessas decisões (BASTERD, 1995, p. 192).

Nos anos seguintes após conferência da China, as lutas feministas tiveram diferentes expressões – diversas e heterogêneas. A relação entre essas lutas e o feminismo teórico foi fundamental para produzir debates em que as fronteiras entre as lutas, a política e a atividade intelectual e/ou acadêmica fossem, em geral, mais porosas do que nas correntes predominantes da teoria política. E o mais importante, o Feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, das formas de pensar o mundo que a legitimavam (MIGUEL; BIROLI, 2014). O Brasil é o país latino-americano mais expressivo em quantidade de estudos de gênero e sexualidades, dado o tamanho de sua população e a quantidade de programas de Pós-graduação (SILVA; ORNAT, 2020). O crescimento do campo no país foi bastante influenciado por políticas afirmativas durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (SILVA; ORNAT, 2019).

Diante do exposto, os questionamentos que nos orientam inicialmente são: nas últimas décadas, a crescente espacialização de organizações feministas na América Latina e Caribe e o contato com articulações de outros continentes vêm contribuindo para aprimorar as estratégias dos movimentos de mulheres? Existe uma classe de especialistas que exerce a função de interlocutora com a academia, buscando influenciá-la sobre a necessidade de atender as demandas das mulheres? Pelo sim e pelo não, como se orquestra a representação feminista e/ou de mulheres na América Latina e em especial no Brasil? E na academia? Quais movimentos, redes, instituições ou agências de políticas para as mulheres se espacializam nesses tempos-espaços? Uma vez espacializadas, como a Geografia pode contribuir com as demandas das mulheres e de gênero?

Não teremos todas essas respostas neste artigo. Esses questionamentos visam mais dar conta de interagir com as reflexões de uma área que vem mapeando essas práticas – a Geografia Feminista. São esforços significativos de geógrafas/os feministas latino-americanas e caribenhas e no tocante dessa reflexão, geógrafas/os brasileiras/os debruçando sobre os direitos humanos das mulheres e o acesso à política e as tomadas de decisões pensando o espaço a partir das categorias Lugar e Poder.

Como a geografia (feminista) pode contribuir?

em 1960 na denominada segunda fase da Segunda Onda do Feminismo, onde mulheres estavam organizadas em prol de mais espaço, mais voz, buscando serem ouvidas pela sociedade, ecoou pelas passeatas o grito de guerra (cunhado por Carol Hanisch) que mais à frente seria a bandeira de luta de várias alas feministas até os dias atuais – "o pessoal é político".

A afirmação de que o pessoal, também é político, foi uma forma de evidenciar que as estruturas privadas (casamento, maternidade, religião, etc.) estavam sendo usadas como status de controle e opressão às mulheres, onde essas opressões deveriam permanecer silenciosas, já que o pessoal, o íntimo e o privado não deveriam ser revelados, desvendados, discutidos e, portanto, politizados. Frequentemente, de maneira mais implícita, insiste-se na ideia de que essas esferas são suficientemente separadas e diferentes, a ponto da esfera pública tida como política poder ser discutida de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal (OKIN, 2008).

Está aí o terreno fértil para a produção social dos binarismos, tornando-os estruturais e institucionais. É também espaço de dualismos, conservando apenas duas possibilidades de alternâncias, sendo que uma alternativa, vai estar sempre sobrepondo ou, sob tutela da outra. Os casos mais comuns que dialogam com a premissa apresentada são os dualismos Mulher/homem, feminino/masculino, ou ainda, macho/fêmea. Para Massey:

> Os dualismos profundamente enraizados estruturam a identidade pessoal e a vida cotidiana, e isto tem consequências para a vida de outras pessoas, porque estrutura, por sua vez, a prática das relações e dinâmicas sociais, e extrai a codificação do feminino e do masculino dos fundamentos sócio filosóficos mais profundos da sociedade ocidental (MASSEY, 2009, p. 81).

A questão apontada acima por Massey nos remete as "prisões sociais" à que os sujeitos estão submetidos. Nas análises de McDowell (1999) essas divisões binárias têm muito a ver com a produção social do espaço, com a definição do que é ambiente natural e do que ambiente fabricado/construído, e com as regulações que influenciam quem ocupa um determinado espaço, e quem é excluído dele.

Essas foram algumas premissas que aproximaram a Geografia do Feminismo. Uma vez que os lugares são espaços que acolhem as relações cotidianas instituídas por/para os gêneros. E aqui partimos do conceito de Lugar na perspectiva de Doreen Massey (2009), entendendo lugar como uma imbricação de múltiplas trajetórias, considerando o movimento e a transformação como constituintes fundamentais na construção do espaço, envolvendo máxime encontros, conexões, redes. E de conexões profundamente marcadas pela materialidade.

As relações sociais, ou relações de gênero, encontram no espaço, independentemente de suas escalas, os elementos para sua produção e reprodução, enfatizando, portanto, não só os sujeitos, como os espaços desses sujeitos. É nessa aproximação sujeito-espaço, que o Feminismo encontra nas/nos geógrafas/os um campo de análises, pois as mesmas, apoiam-se nas categorias geográficas para entender relações de poder, conflitos, mediações entre o cotidiano, sujeito e espaço. Para McDowell isso acontece porque:

> Os espaços surgem das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas; e as normas definem os limites, que são tanto sociais, como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e que é/será excluído, assim como a situação local de uma determinada experiência (MCDOWELL, 1999 p 19).

Sobre poder, não teremos como aprofundar nesse artigo, mas partimos das premissas sintetizadas por Iná Elias de Castro (2014), que aponta que o poder que emerge dos interesses e conflitos no território, são centrais para compreender melhor os processos que presidem a organização do espaço. Dessa maneira, para Castro (2014, p. 97) "o poder, na realidade, é relacional, não deve ser confundido com influência e incorpora a capacidade de estabelecer sanções".

As posturas adotadas por geógrafas feministas nos trazem pistas de como o patriarcado, ou as "normas dos homens" funcionam como poder. Começando pela ciência, que além de não querer extrapolar seus próprios muros, mantinha com a sociedade, relações estreitas e restritas, principalmente com o espaço destinado às mulheres – o privado. No entanto, entendemos que este espaço, ao contrário da maneira como vinham sendo abordadas, não se dissocia do público, mesmo com as restrições, e à revelia do que é "ordenado", as mulheres

dialogam com constância com a política, negociam com a economia e com o trabalho, tornando cada vez mais, esses ambientes em espaços do cotidiano.

Como norma, os seres humanos, o conhecimento e as instituições sociais, estão sujeitos a divisões desiguais de gênero que por sua vez os definem. Sejam quais forem as variações, os homens têm vantagens – mesmo com as movimentações políticas e as transformações das condições das mulheres de umas décadas para cá. Homens como grupo social, continuam sendo maioria no topo do poder das sociedades contemporâneas. E isto vale também para as instituições acadêmicas (MCDOWELL, 1999).

Não é difícil perceber essa nuance na Geografia. Basta acompanhar o debate que vem sendo empreendido por autoras feministas que apontam nessa ciência, espaços de exclusivas evidências masculinas, assim como os espaços negligenciados,ou de exclusão de mulheres, que foram, inclusive, um dos aspectos responsáveis pela tardia abordagem geográfica de gênero.

> Apesar daquele período decisivo para os estudos feministas que se estenderam do começo dos anos setenta ao final dos anos noventa e as grandes transformações no âmbito da Geografia, que transformaram a natureza da disciplina e sua forma de se relacionarem com o mundo real, as sedes dos departamentos e as cadeiras dos comitês decisórios seguem nas mãos dos homens (MCDOWELL, 1999 p. 47).

Justamente aí, na Geografia, que uma orientação espacial se revela. Nessa definição de espaços para quem. O público para o homem, em primazia, heterossexual, branco, europeu, rico e cristão. O privado destinado às mulheres interseccionadas pelos tipos de opressões e pelos sistemas a que estão submetidas socialmente. Outra pista é dada por Silva (2009, p. 32) ao afirmar que:

> Apenas quando assumirmos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvermos uma atitude crítica sobre os modos de se "fazer geografia", duvidando da consagração das "verdades" estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreenderemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico.

Para a Geografia Feminista, o desvendar das relações de gênero não é uma tarefa fácil, pois é preciso assumir (como afirmado por Silva) novas posturas e isso, por vezes, quer dizer assumir outros caminhos, ou construir novos. Essa postura assumida traz em si, a primeira revolução, pois essas geógrafas já não admitem mais essa dicotomia público/privado. Tal afirmação fica mais evidente ao compreendermos quais foram os motivos que levaram a geógrafa Linda McDowell a enveredar-se pelos caminhos do Feminismo na Geografia. Não é difícil nos encontrar nas palavras dessa autora:

> A reflexão sobre minha vida e sobre as transformações que tenho experimentado na Geografia me levou a examinar meu próprio compromisso com os estudos feministas, e cheguei a uma conclusão que eu fui feminista durante toda minha vida, embora não tivesse consciência disso durante meus primeiros vinte anos ou não se coincidia, durante algum tempo, meu trabalho acadêmico com minhas ideias políticas (MCDOWELL, 1999, p. 50).

Não por outra razão, encontramos nos questionamentos de McDowell indagações parecidas com as que formulamos ao longo dos estudos geográficos, quando do encontro entre espaço e sujeito apontam para nós a categoria Gênero. Essa categoria na Geografia é um investimento das geógrafas feministas. E não apenas isso, talvez por herança do que foi debatido e enfrentado a partir da década de setenta, tem se produzido muitos trabalhos partindo da Geografia Feminista, sobretudo, aqueles que abordam a território como relações de poder, dominação masculina e alienação dos espaços.

A Geografia nesse sentido, contrariando alguns postulados, acompanhou os movimentos feministas incorporando no interior de suas análises sobre o espaço, investigações e análises sobre as condições em que o gênero está situada nas sociedades, e como as mulheres estão submetidas e/ou agregadas espacialmente. Logo, a Geografia incorporou na sua

agenda a categoria histórica e de análise Gênero. E ao fazê-lo, levanta novas questões sobre distinções e aproximações entre as esferas pública e privada (OKIN, 2008).

Dessa aproximação da Geografia com o Feminismo, alguns campos de análises foram enriquecidos pela incorporação de novas categorias de análises, isto é, não foi só um novo modo de pensar que interagiu no seio da ciência, mas também, novos sujeitos, novos métodos e práticas, bem como, geógrafas e geógrafos com uma criticidade voltada para o espaço, levando em conta outras dimensões de análises não presentes ou não tão evidentes outrora.

Dentre as contribuições do Feminismo, particularmente do Feminismo Negro, podemos destacar duas que foram essenciais para a ciência geográfica, as abordagens e estudos de gênero, que hoje se constitui categoria de análise e, uma ampliação nos debates sobre movimentos sociais que, entre outros aspectos, incorporou algumas ressignificações a partir da interseccionalidade da classe com gênero e raça, por exemplo. Evidente que as contribuições estão dimensionadas na ciência, mas o ganho coletivo para as mulheres é mais amplo, complexo e dinâmico como aponta McDowell:

> O Feminismo propõe a[s] mulher[eres] um compromisso político e uma mudança para si e para o mundo. [...] e levanta um compromisso para a plena apreciação do que as mulheres registram, articulam e idealizam em aspectos culturais: as intervenções no campo do sentido e da identidade que vem desse lugar chamado "a mulher" ou "o feminino". O Feminismo se refere também, a uma revolução teórica na compreensão dos conceitos de arte, cultura, mulher, subjetividade, política, etc; mas não implica uma unidade no campo teórico, na perspectiva adotada ou ainda, uma posição política. O Feminismo tem se identificado com um movimento de mulheres no qual é importante desde o ponto de vista histórico, mas principalmente, porque no momento atual tem autonomia como lugar onde, situam-se as questões de gênero, e estas vem adquirindo um significado político e teórico importante (McDowell, 1999, p. 22).

Portanto, é possível afirmar que há uma Geografia Feminista nas perspectivas da Ciência Geográfica. As evidências de que a Geografia Feminista tem ampliado as perspectivas de pesquisas e análises estão presentes nas bibliografias de diversas universidades, institutos e grupos acadêmicos, bem como em movimentos sociais aos quais geógrafas e geógrafos fazem análises ou composição. Mas essas contribuições extrapolam as abordagens supracitadas. As geógrafas feministas têm, com efeito, nos alertado para outras contribuições, notadas tanto, na História do Pensamento Feminista, quanto na construção de um pensamento feminista latino-americano na Geografia.

Para Janice Monk em entrevista concedida a Joseli Maria Silva (2010) para a Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, algumas contribuições podem ser facilmente percebidas. Dentre elas, o questionamento da tendência central da ciência, bem como de suas respostas a essas questões, as teorias e métodos de fazer pesquisa; alerta para alguns estudos como, por exemplo, das migrações para não excluir a metade do mundo dos postulados (as mulheres); uma atenção as questões da subjetividade e identidade; cuidados para não promover práticas sexistas, comuns em outras ciências; preocupação em contextualizar lugares e tempos – pois, lugares e tempos são importantes na vida de mulheres; entendimento que há ainda, lugares diferentes para mulheres e homens na ciência geográfica.

Em razão disso, o Feminismo na Geografia e nas demais ciências tem o compromisso com um projeto político. Nesse sentido, concordamos com as definições de McDowell (1999, p. 22) que "o Feminismo é tanto um movimento político como um campo teórico de análise". Tal definição reflete a própria experiência das/os geógrafas/os que se dedicam aos estudos das atuações políticas e os comportamentos cotidianos – tanto no aspecto material, quanto das representações. Por outro lado, sua definição possibilita muitas análises e salienta a diversidade da teoria feminista, ressaltando ainda mais sua importância.

Frisa-se que essas compreensões na Geografia foram auxiliadas, inicialmente, pelas contribuições das correntes pós-estruturalistas, cujas críticas levantadas foram calcadas no apelo as diversidades, não diminuindo a importância das análises estruturais, ao contrário, trouxeram a possibilidade do desenvolvimento do pensamento materialista junto às subjetividades na Geografia. Logo, o pensamento articulado por geógrafas feministas como Linda McDoweel, Doreen Massey e Janice Monk de que é preciso desconstruir pri-

meiro, para reconstruir depois, explicita a necessidade dessas perspectivas na Geografia. Evidente que temos mais geógrafas contribuintes. Trouxemos as que referenciamos aqui. Por causa delas, falar de subjetividade e/ou diversidade tornou-se menos difícil.

Isso traz uma sensação de sintonia de acordo com Monk (2010), pois os movimentos sociais que floresceram na sociedade no início dos anos setenta, viram uma nova geração de mulheres buscando vidas profissionais e que foram influenciadas pela nova consciência, inclusive considerando melhor a profissão de produzir conhecimento, fazendo com que o trabalho se materializasse também nas posições em universidades.

Joseli Silva (2009) reforça que essa nova consciência e/ou outras formas de pensamentos, foram auxiliadas pelas correntes pós-estruturalistas, uma vez que os grupos subordinados são ativos e exercem um contra poder à ordem estabelecida – pois o poder apresenta fissuras e implicam múltiplos feixes de relações – dando corpo as Geografias Feministas, visando questionar e também combater os princípios que organizam as produções discursivas da ciência hegemônica, que são os mesmos que produzem os silêncios e as ausências.

Importante esse crivo supracitado, pois é ingenuidade aludir que as tendências de pensamentos são independentes de paradigmas predominantes, ou de estruturas de poder, ou de forças sociais. Nas afirmações de Monk (2010) para que haja uma possibilidade de construir formas de pensamentos emancipatórios, é preciso compreender o conhecimento como construção social, cultural e política, entrelaçados com relações de poder. Outras categorias têm contribuído para o escopo epistemológico. Por exemplo, as análises sobre diversidade (não apenas as de gênero), além das contribuições que a categoria Lugar fornece, no sentido de entender as dinâmicas dos espaços do cotidiano e dessa forma, poder desvendar os papéis atribuídos para mulheres e homens nos espaços comuns e particulares.

Expandindo essa ideia Judith Butler (2003), que não fala especificamente de lugar, mas de "contextos que dominam", a construção social de gênero, tanto passada, quanto a atual, mantém-se ao longo dos tempos, graças aos "comportamentos de gênero", onde o parâmetro regulador que representa a heterossexualidade obriga a maioria das pessoas a se comportarem conforme as normas hegemônicas, definindo por sua vez, papéis e comportamentos masculinos e femininos em cada contexto espacial. Complementando esse raciocínio, McDoweel (2000, p. 44) afirma que o significado de ser homem, ou ser mulher, depende de um contexto, que é oferecido pelo espaço, e é relacional e variado, embora esteja submetido às leis e regulações de cada época, estabelecem o que pode ser permitido e o que pode ser um ato transgressor.

A Geografia oferece um potente aporte teórico, presente, inclusive, nas análises de um dos nossos principais expoentes – o professor Milton Santos (2008) em "O espaço Dividido". Haveria, assim, nas especificidades dos lugares, uma característica encontrada também nos territórios de modo geral – espaços que mandam e espaços que obedecem. Isto é, espaços que acolhem relações de poder, dentre elas, o poder entre os gêneros, que se intercalam entre poderosos-opressores e oprimidos – subordinados e/ou subalternos.

Esses espaços que mandam e espaços que obedecem são regidos por relações de poder cujas dimensões são políticas, econômicas, culturais, institucionais, ou seja, uma ordem estabelecida como social; aquela que não admite o diferente, o outro. Um exemplo dessa ordem social estabelecida são as estruturas sociais (e geográficas) criadas e recriadas pelo capitalismo, tidas constantemente como formas diferentes de exploração das classes trabalhadoras, reduzindo-as apenas isso.

E as possibilidades de contestações dessa ordem social estabelecida, ou desses espaços que mandam, ou que obedecem, são dadas pelas categorias que estabelecem intersecções com as relações de gênero. Por essa razão, os movimentos sociais que já consolidavam novas forças políticas em várias partes do mundo (estabelecendo aí uma intersecção com o espaço), buscam transformar também, os lugares para além dos pensamentos. Essa é outra análise que os estudos feministas estão buscando resgatar na Geografia – dos movimentos sociais. Assume-se que esses movimentos evocaram, sobretudo, a emergência de novos sujeitos políticos, deslocando e descentrando a identidade, ampliando e esmiuçando as

escalas de análises, principalmente, aquelas ligadas às relações sociais do cotidiano, do privado e do "não político".

Diante do exposto, estudos feministas tem sido o ponto central em promover a atenção a métodos qualitativos, e as questões filosóficas e metodológicas, tais como aspectos da subjetividade, de 'reflexibilidade', 'posicionalidade', as interações das identidades, e aspectos da vida, tais como emoções que estão entrelaçados com as experiências e formas de espaços e lugares (MONK, 2010).

Concordamos com Silva (2009) quando afirma que a Geografia é um saber que se desenvolve atrelado aos contextos histórico-geográficos e aos recursos de interpretações disponíveis, como as técnicas e as teorias. Monk (2010) expande essa discussão ao afirmar que as ideias que agora permeiam as múltiplas áreas da Geografia Humana (cultural e social), não têm apenas o Gênero como ponto central das análises, mas trazem os movimentos como base para o entendimento daquilo que se investiga, além das teorias. Todavia, é preciso entender que diferença elas fazem, ou podem fazer na sociedade, pois é preciso colaborar e comunicar além do campo acadêmico local. Extrapolar os muros!

Por isso, além do Gênero, os Movimentos Sociais compõem os saberes científicos e suas formas de interpretações da realidade estão ligadas às pautas levantadas pela sociedade, antes representadas, quase que exclusivamente, pelos ensejos das classes sociais, hoje conclamados pelas reivindicações de gênero, raça-etnia, sexualidade que não mais se encontram isolados. Nessa interseção com o Espaço, os Movimentos Sociais conseguiram "abrir" nas mais diversas ciências, um diálogo entre público e o privado, o que para as relações de gênero foram sumariamente importantes, uma vez que, os espaços privados e públicos são constituidores de uma mesma realidade socioespacial, portanto, não são dicotômicos, mas dialéticos.

Ao invocarmos a dialética, um dos estigmas mais profundos carregados por nós geógrafas/os feministas, sem dúvida diz respeito a silenciosa ruptura com o marxismo por um tempo. Isso não se deve ao que, trivialmente, havia-se afirmado sobre Feminismo e Marxismo, de que "Marx não falou de mulheres". Essa é uma falsa simetria. O elo foi profundamente abalado pelas sucessivas investidas de sufocar discussões e diálogos que estivessem fora do foco da crise, do viés econômico ou, exclusivamente, sobre a luta de classe por grande parte dos grupos de estudiosos no marxismo.

É possível compreender nas proposições de algumas percussoras das geografias feministas e também das pós-coloniais como Linda McDowell, Doreen Massey, Diana Lan, Maria Dolors Garcia-Ramón e Joseli Silva que o afastamento se deu temporariamente a fim de fortalecer o campo de análise e, obviamente como uma posição crítica também.

> As geógrafas feministas entendiam que as questões de gênero, que envolviam as relações de dominação/subordinação, não podiam ser tratadas de forma isolada, mas sim, intrinsecamente às lutas de classes, para superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes nas sociedades, implicando assim, a abolição de outras formas de opressão, entre elas, a opressão das mulheres (SILVA, 2009, p.33).

Entende-se a importância das análises de classe nas ciências humanas e sociais. Bem como, não considerar a classe como categoria geográfica é um grande risco de alienação espacial. Aliás, a Geografia, após Geografia Crítica não pode mais afirmar a inexistência da crise potencializada pelo Capitalismo na América Latina, sobre as classes sociais e geradoras dos atuais conflitos no mundo.

Para essa reaproximação das análises marxistas e feministas na Geografia Contemporânea o professor Alex Ratts (2018) criva em seus postulados como "perspectivas crítica e "pós-críticas" e sobretudo as configura como um trânsito entre as geografias Crítica e Cultural. Entendendo que ambas têm fragilidades e potencialidades no que cerne as construções analíticas sobre Gênero e Mulheres.

Cabe mencionar que do movimento emergente da chamada Nova Geografia Cultural segundo Silva (2009), firmou alianças promissoras, fortalecendo o diálogo com diversos campos e áreas da ciência geográfica. Citam-se alguns resultados promissores dessa in-

teração (ainda que com certos dualismos e dicotomias) presentes nos estudos do campo e da cidade (urbano/rural), do espaço ao lugar (global-local), espaços de relações sociais e espaços de produção e circulação, sistemas de objetos, sistemas de ações, fixos e fluxos, corpo e mundo. Ratts afirma e expande essa compreensão:

> Neste sentido, intentamos retomar princípios da Geografia Contemporânea que se situam entre a vertente crítica, especialmente no horizonte da Cidadania e dos Direitos Humanos, e outros que são considerados pouco ou não geográficos, identificados com vertentes denominadas "pós-críticas", que tratam das diferenciações étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Mais que um enquadramento epistemológico, neste momento, o importante é identificar um temário que emerge na sociedade brasileira em tempos de reação aos governos autoritários e no período de redemocratização, e que foi reconhecido por alguns(-mas) teóricos(as) da geografia [...]. (RATTS, 2018, p. 116).

Acreditamos que por essas aproximações, outro ganho científico toma evidência, as discussões sobre migrações e as dimensões da mobilidade tornaram-se mais fortalecidas. Através de movimentos sociais e socioespaciais se tem, cada vez mais, uma aproximação dessas categorias. Além de vigilâncias (ontológica, epistemológica e metodológica) acerca dessa mobilidade, tendo o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos e processos.

Quanto aos movimentos sociais – essas contestações do poder e da forma como as relações estão se produzindo e reproduzindo pelo espaço, já que é desnecessário apontar as resistências e contradições que essa reorganização societária vem provocando – são as possibilidades atuais de enfrentamento, auxiliadas pela dimensão da mobilidade e que podem ser tranquilamente entendidas como movimento dos movimentos.

Uma vez incorporada nas ciências, os estudos da categoria Gênero fazem constantes processos de críticas e avaliações se conseguem abarcar e serem abarcados cientificamente. Num desses processos, a Teoria Feminista encontrou brechas para inserir um pensamento mais crítico sobre a condição da mulher – pensada à princípio a mulher branca, urbana, de classe média e heterossexual. Tencionadas pelas críticas advindas do Feminismo Negro, articuladas pelas Mulheres Negras, essa crítica feminista está sendo pressionada a rever seus postulados e suas epistemologias, atentando para que suas análises estejam, cada vez menos, influenciadas pela corrente de pensamento dominante.

Isso ocorreu, porque ainda na década de 80, segundo Silva (2009), os estudos feministas foram fortemente influenciados pela reaproximação com o marxismo o que deu evidência ao conceito estrutural de patriarcado, vinculando as lutas de classes aos estudos das mulheres e mais tarde as desigualdades de gênero. Assim, as críticas das mulheres negras e das mulheres do "Terceiro Mundo", arrobustaram os debates epistemológicos que transformaram os modos de produzir conhecimentos por parte das feministas, as quais passaram a conceber a ciência também como uma disputa narrativa de um saber pretensamente neutro e universal, também em termos de raça e sexualidade.

Materializa-se, talvez, uma possibilidade histórica de caminhar para além de uma internacionalização meramente econômico-financeira. Diferentes segmentos sociais afastados de qualquer possibilidade de se inscrever como protagonistas de direitos podem agora, ao menos ousar experimentar formas de organizações e de visibilidades e mais do que isso, são, atualmente forças motrizes para diversas organizações em que a luta de classe está presente. Isso porque cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizadas, com primazia dos homens em relação as mulheres, para depois serem socialmente divididas em classes e níveis sociais (SILVA, 2007, p. 13).

Assim, as Geografias Feministas estão empenhadas em construir um corpo teórico, não apenas preocupado com as discussões de gênero e as conceituações dessa categoria, bem como de suas subdivisões de estudos e áreas, mas intencionam também, lançar suas análises de maneira a referendar o espaço e suas respectivas escalas, entendendo que não há como fazer nenhuma análise de gênero sem identificar onde estão localizadas essas relações e como elas se reproduzem nesses espaços.

De acordo com Silva (2009), embora as geografias feministas lutassem por um espaço teórico e político em que os eixos de poder das diferenças de gênero pudessem ser analisados, isso não quer dizer que as diferenças possam ser isoladas conceitualmente de outras categorias de estruturação social, como classe, raça, religião, sexualidade entre outras. McDoweel (1999) referenda que idade, classe, etnia, raça, lugar e região são categorias distintas, compostas por estruturas separadas, mas conectadas entre si e resultam analiticamente úteis para desvendar as mudanças e transformações nas relações de gênero, especialmente quando se incluem as diferenças étnicas e de classe nas formulações.

Isso permitiu a Geografia experimentar e/ou arguir alguns métodos de estudos, alguns emprestados de outras ciências (História, Antropologia, Sociologia, etc.), outros emprestados pelas correntes pós-estruturalistas que auxiliaram a Geografia não apenas nos estudos de gênero, como nas técnicas, tecnologias e análises sociais, como mencionado anteriormente. Portanto:

> O Feminismo se coloca eminentemente como uma política, pois a teoria feminista, ao se propor a explicar a contingência histórica tanto do conhecimento postulado quanto do sujeito cognoscente, busca ainda a construção de uma prática crítica de reconhecimento das tecnologias que utilizamos para a construção do sentido e, principalmente, não abre mão dos seus objetivos políticos, isto é, pretende compartilhar projetos de liberdade relativa, abundância material e menos opressões (LODETTI, 2010 p. 31).

Nesse ínterim, o próprio movimento feminista faz parte da crítica radical às chamadas geografias positivistas, geografias essas que negaram espaços de diálogos, o que "obrigou" de alguma forma o movimento feminista empreendido na História da Geografia a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões de gênero masculino e feminino e as divisões espaciais. O objetivo disso é compreender como as duas divisões (Gênero e Espaço) se constroem simultâneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem "natural" da organização da realidade socioespacial (SILVA, 2009, p.31).

Em última instância nos parece evidente que ao tratarmos do Feminismo na Geografia, não queremos apenas incluir as condições em que as mulheres estão submetidas nas diversas partes do mundo, ou apenas situar o Gênero a partir do Espaço. Intenciona-se que o Feminismo nos auxilie a buscar respostas sobre as diversas formas em que o espaço está organizado; entender as diversidades espaciais dos povos, grupos, pessoas que estão sob a tutela de relações de poder perversas. Nessa perspectiva, o Feminismo mesmo na Geografia não pode ser singularizado, uma vez que "não há um ponto de vista feminista único porque nossos mapas analíticos e mentais requerem dimensões em demasia para que essa metáfora sirva para fixar nossas visões" (HARAWAY, 1995).

Não temos intenção de fechar o foco da Geografia para o Feminismo. O que se tem é um esforço de interpretar as relações de opressão, sobretudo aquelas subalternizadas através de uma teoria possível, não imposta ou direcionada. Não há o que substituir/negar na ciência geográfica.

Ao contrário, defendemos aquilo que propõe Macêdo (2008), uma epistemologia feminista, prima, antes de qualquer coisa, pelo reconhecimento dos limites e possibilidades de um olhar que, ao se situar, reconhece a impossibilidade de um ponto de vista neutro, "porque ninguém existe no mundo de forma não inserida" e, ao mesmo tempo, admitir ou assumir um vínculo emocional e político com um determinado objeto de conhecimento gera inúmeras possibilidades de um olhar diferenciado daquele que insiste em manter uma asséptica e hipotética posição descompromissada e distante.

Essa é nossa intenção ao empreender aqui, uma Geografia Feminista.

Dos direitos humanos das mulheres à criminalização dos direitos humanos

O que são os Direitos Humanos das Mulheres? Estariam eles aquém de uma abordagem dos Direitos Humanos Universais ou sob uma nova abordagem destes? Para responder parte destes questionamentos, recorremos em particular a Teoria Feminista. Para Miguel e Biroli (2014), esse não é um debate estrito ao campo de análise do Direito, uma vez que essas análises necessitam compilar outras perspectivas que estejam orientadas nos sujeitos sociais.

Nas premissas desses autores, a Teoria Feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada que investiga a organização social e tem como ponto de partida as desigualdades de gênero. Evidencia pretensões democráticas e igualitárias, mas também aquelas que naturalizam e reproduzem assimetrias e relações desiguais. Toda teoria feminista é política, assim, no Feminismo, é possível a compreensão de que limites convencionais da política são insuficientes para apreender sua dinâmica real (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Pode se afirmar que a Geografia Feminista vai se construindo a partir das perspectivas pensadas por feministas como bell hooks que ao escrever uma obra com essa temática, "Teoria Feminista – da Margem ao Centro", em meados da década de 1980, encoraja a fortalecer uma teoria mais próxima das intersecções e espacialidades das mulheres. Para hooks:

> Precisávamos de um pensamento e de uma estratégia que traçassem uma teoria para um movimento baseado nas massas, uma teoria que analisasse a nossa cultura do um ponto de vista feminista enraizado numa compreensão do gênero, da raça e da classe. Escrevi o livro Teoria Feminista: Da Margem ao Centro em resposta a esta necessidade (hooks, 2019, p. 8).

Quando afirmamos que a Geografia Feminista vai se construindo nessas perspectivas, estamos compreendendo que existe um campo de análise dentro da Geografia que está atento as condições em que as mulheres estão submetidas socialmente e isso se reflete no escopo da ciência geográfica. Que há uma disputa por espaço na ciência que viabiliza o debate sobre espaço. Para Silva (2009) construir visibilidades de sujeitos que foram invisibilizados na Geografa é possível quando compreendemos que a invisibilidade não é casual, mas produzida pelo poder da tradição dos aspectos teóricos e metodológicos que delimitam uma determinada visão de mundo, bem como compreender que é preciso refletir inclusive, sobre as perguntas formuladas a partir de uma dada realidade espacial.

A compreensão tardia de como fazer na Geografia, abriu dimensão para entender como fazer em rede, de modo interdisciplinar e, como dialogar com outras áreas de conhecimento e de atuação, além das ferramentas que a Geografia pode, e tem, como potencial de análise. Logo, afirma-se que o problema não é e jamais será a Geografia, mas como bem enfatiza hooks (2019b), a dominação patriarcal do planeta é a raiz do problema. Portanto, é urgente:

> Compreender que a dominação patriarcal compartilha uma base ideológica com o racismo e outras formas de opressão de grupo, que não há esperança de que seja erradicada enquanto esses sistemas permanecerem intactos. Esse conhecimento deve diligentemente configurar a direção da teoria e da prática feminista (hooks, 2019b, p. 62).

Primordialmente, a Geografia tende a contribuir para os Direitos Humanos, e especificamente os Direitos Humanos das Mulheres quando busca entender que necessita compilar nos seus postulados, muito mais do que a compreensão da rede de movimentação das mulheres em seus diversos espaços, mas apreender suas pautas, agendas e plataformas políticas transnacionais, o que requer da Geografia uma intersecção entre Escala e Gênero. É o que tem feito outras áreas de conhecimento como o Direito, a partir do Direito Internacional, com tensões parecidas às da Geografia.

Com relação ao Direito, no cerne das discussões sobre o Direito Internacional dentro dos objetivos da ONU-Mulheres e sob as justificativas de contribuir com os aspectos jurídicos e criar uma unicidade/organicidade das leis junto às mulheres, já haviam preocupações de que a forma positivista do Direito poderia não conseguir abarcar, ou não se abrir, para

as diversidades sociais de que os debates sobre "mulheres" necessitam. Tais preocupações estavam pautadas pela invisibilidade do debate de Gênero no ínterim das formulações do Direito. Porém, as mulheres estão atentas:

> O Direito Internacional que está sendo criado por pressão dos movimentos de mulheres precisa ser capaz de criar novos conceitos, unir processos específicos aos gerais, rejeitar expressões tímidas como redução da pobreza em lugar da sua eliminação, ampliar as fronteiras legais para o reconhecimento de demandas importantes como o direito ao aborto voluntário, declarar a urgente necessidade de distribuição de riqueza socialmente gerada como o verdadeiro redutor da pobreza, em vez de calcar-se apenas em políticas compensatórias. (BASTERD, 1995, p. 197).

Portanto, desde a criação da ONU-Mulheres, era urgente aproximar o Direito Internacional aos Direitos Humanos para convergir para um Direito das mulheres, o que ainda não ocorreu, mesmo com as pressões internas das mulheres nessa organização. Primeiro, porque ainda não há uma validação, pois, a composição das mulheres que fazem parte das diretorias gerais não é orgânica. Segundo, porque o Direito Internacional não conseguiu compilar as diversidades sociais das mulheres, seja em formato de movimentos, seja em formato de petições, seja no debate com outras áreas de conhecimento (como a Geografia, por exemplo) o que é um erro, uma vez que:

> O Feminismo não se debruça sobre uma questão " localizada". As relações de Gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O Gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdades que atendem a padrões de Gênero ficam definidas também as posições relativas de mulheres e homens – ainda que o Gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8)

Não se está afirmando que o Feminismo pode resolver os problemas relacionados às espacialidades do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. Pelo contrário, entendemos que esses são espaços importantes em constante construção. O que se ressalta é que o Feminismo enquanto teoria e pensamento social podem contribuir para avançar acerca dos liames dos Direitos Humanos, deixando de olhar as mulheres como sujeitos sociais subalternizados, e passando a enxergá-las como sujeitos das tomadas de decisões. Ou, como afirma Phillips (2001, p. 07), "não se trata de escolher uma ou outra forma de representação e sim de, compreendendo os limites de cada uma, buscar um sistema mais justo que incorpore tanto ideias quanto presença de mulheres".

O que apontamos é que os Direitos Humanos e sua representação nas instâncias de tomada de decisões não estão sendo fidedignos às espacialidades das mulheres. Para Phillips (2001, p. 5), em outras palavras:

> É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres por si? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial? Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior?

Tais questões não só desestabilizam os sujeitos sociais que necessitam dos Direitos Humanos e do Direito Internacional para sua defesa e para se tornarem visíveis, como tendem a ser apropriadas por aqueles que veem nessas dimensões do Direito, possibilidades de perderem privilégios, ou de não conseguirem exercer suas relações de poder tão tranquilamente. Isso fortalece as alas conservadoras das sociedades que querem conservar privilégios e regalias em detrimento de direitos básicos e sociais, e assim, perpetuam relações de poder opressoras.

Tendemos a concordar com Phillips (2001, p. 12), quando a autora afirma que as "demandas contemporâneas por presença política têm emergido frequentemente da política

de novos movimentos sociais", ou de novos protagonismos sociais, e todas elas refletem outras desigualdades que não a da classe social, evidenciando traços antigos da sociedade, como a misoginia, o racismo institucional e as relações perversas atreladas à pobreza extrema, como as migrações forçadas. O novo aqui não representa uma novidade, mas um processo continuo de luta e visibilidade ignorados.

Esse "novo" referente às mulheres sofre, atualmente, um processo de desmonte e desestruturação a partir de uma agenda neoliberal com relevantes características fascistas – onde prevalecem as noções de nação e raça sobre valores individuais e com fortes representações autocráticas e/ou centralizadas e de controle dos direitos sociais – em diversas partes do mundo. Alguns movimentos chamam essa força política de neofascismo, mas aqui preferimos adotar as definições de Umberto Eco (que inclusive dá nome a sua obra) "O Fascismo eterno", uma vez que essa definição traz sentido da história e a importância da memória.

Os direitos sociais das mulheres sofrem efeitos diversos em diferentes espaços, muito embora as espacialidades das lutas estejam atravessadas (quase sempre) pelas mesmas opressões e são alteradas, principalmente, pelas nuances de raça e classe, simultaneamente. Porém, é na América Latina e Caribe que se constata uma agenda neoliberal perversa que não somente ataca os direitos das mulheres como tem permitido que as violências se ampliem, inclusive do ponto de vista institucional.

Um exemplo, é a plataforma política da descriminalização e legalização do aborto que segue uma agenda encorpada e transnacional com uma rede de debates e solidariedades, mas que encontram embargos institucionais nas políticas conservadoras. Na Argentina, a descriminalização foi até pautada e aprovada no congresso a partir de deputadas/os, denotando avanço, mas foi barrada no senado. Para Anistia Internacional, a votação pela legalização do aborto na Argentina foi um novo ponto de partida, e não um retrocesso, uma vez que uma oposição popular de mulheres foi forjada.

No caso brasileiro, a discussão ocorreu de forma estruturada, a partir de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – a ADPF 442 ocorrida no mês de agosto de 2018. A audiência pública foi um dos poucos espaços de escuta e debates institucionais aos quais as mulheres puderam não só construir uma retórica acerca dos Direitos Humanos, como também materializar articulações e atividades cujas premissas estavam no encontro e mapeamento de mulheres e grupos feministas para compor uma rede mais robusta.

A ADPF 442 foi ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e sustenta que os dois dispositivos do Código Penal contrariam postulados fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a não discriminação, a inviolabilidade da vida, a liberdade, a igualdade, a proibição de tortura, ou o tratamento desumano e degradante, a saúde, o planejamento familiar das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos.

É preciso salientar que anterior ao debate da ADPF 442 já existia uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe alterar a Constituição Federal para acrescentar ao texto do artigo 5° a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Na prática, a PEC 29/2015 não pune o aborto apenas em dois casos: se não houver outro meio de salvar a gestante; ou se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido pelo consentimento da gestante ou, quando absolutamente incapaz, de seu representante legal, e no caso de crianças somente com autorização dos responsáveis, mesmo com risco de uma gestação em corpo prematuro para recebê-la. Essa PEC representa um grande retrocesso.

De acordo com a SempreViva Organização Feminista (SOF), no Brasil ocorrem desde abril de 2018, ações descentralizadas de uma frente com debates e ações sobre "Justiça reprodutiva como condição para maternidade livre, Estado Democrático de Direito como garantidor da vida das mulheres; luta das mulheres como constituinte da autonomia e liberdade das mulheres sobre seus corpos e sexualidade". Essa frente também visa observar as alterações legislativas e regressões de direitos pelo executivo que ameacem, por diferentes meios, as mulheres e direito à livre organização das mulheres. O "Festival Pela Vida das Mulheres" é um espaço materializado por essa frente e tem mapeado as movimentações de mulheres em todo o Brasil, a partir ações locais/regionais.

Do ponto de vista institucional, não há uma regressão somente relacionada aos direitos humanos das mulheres, mas principalmente no que diz respeito a representatividade e equidade/paridade de gênero nos cargos de tomadas de decisões, como há uma efetiva criminalização das ações feministas no Brasil. Em 2019 tivemos a redução de uma secretaria federal com status de ministério – Secretaria Especial de Políticas para as mulheres para um ministério com menor poder que uma coordenadoria. Uma contradição proposital para gerar incertezas.

Através dos veículos de comunicação oficial do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, verificamos que desde 2018 não há editais da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República para qualquer ação. As conferências – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, proposta de diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres – que ocorriam desde o ano de 2004, tendo sido implementadas no primeiro ano de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, não ocorrem desde o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Houve também a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) outro setor institucional onde haviam políticas públicas voltadas para mulheres do campo e da floresta, oriundas de comunidades quilombolas e de terras indígenas. E não por outro motivo, essas mulheres continuaram em marcha. As mulheres camponesas/rurais na tradicional, emblemática e gigante Marcha das Margaridas que em sua última edição (agosto de 2019), reuniu em Brasília mais 100 (cem) mil mulheres marchando contra a violência e pela equidade de gênero (figura 01).

Em articulação semelhante, também em agosto de 2019, as mulheres indígenas marcharam pela primeira vez em articulação nacional para denunciar descasos e desmontes das políticas públicas que atendem os povos indígenas no Brasil, dentre elas, segundo as mulheres indígenas, a representação e diretoria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) do atual governo (Jair Bolsonaro) que não dispõe de diálogo ou aproximações. Com o mote, "Território: nosso corpo, nosso espírito", a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas reuniu diversas lideranças para discutir direitos e lutas. Mulheres de 113 povos de todos os estados do país reuniram em Brasília (figura 02).



Figura 01: Foto Aérea Marcha da Margaridas 2019
Autor: Mídia Ninja, 2019



Figura 02: Foto Aérea Marcha das Mulheres Indígenas 2019
Autora: Bruno Taitson, 2019

As marchas cumpriram muito mais do que o proposto, evidenciaram a virulência do Estado Brasileiro e a sinergia das mulheres nos diversos espaços contra a violência de gênero. De modo geral, no Brasil, as violências contra as mulheres aumentaram significativamente. Segundo o Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) houve crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante os anos de 2007-2017. Ainda sobre violência, dados da oitava edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2019) em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, evidenciam índices alarmantes. Somente o percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros teve um aumento de 284% desses casos.

A pesquisa aponta ainda que 78% das mulheres que sofreram violência doméstica entre 2011-2019 foram agredidas pelos maridos, atuais ou pretéritos, companheiros ou namorados. Na metodologia se constatou que problemas econômicos causados pela redução da renda - aferida tanto pelo desemprego, dificuldades de acesso às políticas de auxílio econômico e o aumento do consumo de álcool no período de isolamento social - estão entre possíveis gatilhos para agressões.

A Revista Gênero e Número (GN, 2020) aferiu que, apesar desses dados, o Governo Federal não se empenhou em buscar medidas e ações para minimizar esse quadro. Dos R$ 45 milhões de reais disponibilizados para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) em ações que beneficiem mulheres, população de rua e povos tradicionais durante a crise via Covid-19, aproximadamente dois salários mínimos foram gastos. O dinheiro ainda não fora executado, tampouco se foi divulgado qualquer chamada pública com objetivo de encontrar organizações parceiras para desenvolver ações.

O orçamento para a pasta em 2019 foi de R$ 470 milhões, com execução de R$ 213 milhões. Para 2020, há um orçamento de R$ 673 milhões com gasto total de um pouco mais do que R$ 48 milhões. Do valor utilizado, 36% foram para pagamentos de servidores, 20% para "administração da unidade e despesas diversas" e 12,71% para o investimento no Ligue 180. O funcionamento dos conselhos de promoção da igualdade racial e dos povos tradicionais soma 0,13% dos gastos. Não houve gasto com manutenção, implementação e centros de atendimento às mulheres, bem como também, foi estritamente ignorado até agora, o fomento ao desenvolvimento de comunidades tradicionais.

Esses dados ainda que sofram alterações não estão em consonância em espaço-tempo com as demandas levantadas pelas mulheres e documentadas pelos diversos coletivos, organizações, entidades e redes de mulheres no Brasil. Ao contrário, evidencia um descaso e um contramão para as políticas públicas para as mulheres, principalmente com os dados atravessados pela crise da Covid-19. Ainda não há dados sistematizados numa escala nacional, todavia a quantidade de denúncias de violência contra a mulher recebidas no canal 180 aumentou bastante.

Segundo informações oficiais do MMFDH, houve um aumento de quase 40% em relação aos mesmos meses de 2019. Em março, com a quarentena iniciando, o número de denúncias avançou cerca de 18%, mas em fevereiro já havia aumentado 13,5%, na mesma base de comparação. Portanto a crise sanitária potencializou o que já estava em crescimento no Brasil. Inclusive, esse crescimento tem sido alvo de denúncias das redes de mulheres brasileiras desde 2017. Denúncias que alçam, inclusive, tribunais internacionais sobre Direitos Humanos e Direitos Humanos das Mulheres.

Movimentos similares estão surgindo e/ou se fortalecendo por toda a América Latina. México, Equador, Chile, Colômbia, Peru e Argentina já possuem redes e mobilizações transnacionais. Vejamos algumas dessas projeções a seguir.

"A américa latina vai ser toda feminista!" – Espacialidades de movimentos de mulheres

"O Feminismo como um todo é plural, diversificado e capaz de produzir convergências" – essa afirmação é de Marielle Franco, proferida dois meses antes de ser brutalmente assassinada, em pleno mês de março de 2018, mês em que se concatena visibilidade das lutas e opressões das mulheres, e também data de visibilidade do ativismo de combate ao racismo. Tal frase reflete as inúmeras possibilidades que o Feminismo enquanto pensamento social pode propor aos Direitos Sociais, sobretudo no que concerne às mulheres. Para Blay e Alterman (2017):

> No caso das mulheres, ao longo das últimas décadas, a crescente espacialização de organizações feministas na América do Sul e o contato com articulações de outros continentes vêm contribuindo para aprimorar as estratégias dos movimentos de mulheres. Vêm, ademais, produzindo uma classe de especialistas que exercem a função de interlocutoras com poderes instituídos, buscando influenciá-los da necessidade de atender as suas demandas. (BLAY; ALTERMAN, 2017, p. 255)

Pela primeira vez, depois de anos, pós períodos de transições que marcaram a redemocratização em vários países da América Latina e Caribe, pudemos vislumbrar políticas de ideias junto às políticas de presença sendo efetivamente construídas. Essas construções não estão referenciadas nas esferas institucionais, mas construídas no âmbito dos movimentos de mulheres, cuja diversidade de pauta forja um feminismo plural, cada vez mais popular e comunitário. Todavia,

> El feminismo maneja muy bien eso de que lo personal es político y nosotras también estamos refregando permanentemente con esta propuesta ética y metodológica de la política del feminismo. Pero decimos también ¿cuándo lo político va ser personal? ¿Cuando a las feministas les van a ocupar las realidades agobiantes de nuestros pueblos? Pocos colectivos de feministas estamos insertas en las luchas de nuestras comunidades y países. La mayoría se ha diluido y se han creado falsos antagonismos entre académicas y activistas, o antagonismos mentirosos entre feministas que trabajan en las instituciones y feministas autónomas, cuando hay llamadas feministas autónomas que pretenden institucionalizar la autonomía declarándose sus fundadoras y dueñas (PAREDES, 2010, p. 117).

Não há possibilidades de avançar nos debates dentro das ciências, cujo saber universal sempre foi excludente – como foi supracitado no percurso da Geografia Feminista – se não começarmos também a delinear e trabalhar sobre as contradições presentes no Feminismo. Tais contradições são lugar comum em todo e qualquer movimento, teoria ou pensamento social, uma vez que a pluralidade de ideias pode ser justaposta, apropriada ou diluída. Franco (2018, p. 7) aponta como essas mesmas fragilidades ocorrem no caso brasileiro e afirma que essas contradições podem ser trabalhadas com as próprias ferramentas feministas:

> Em 1975, um grupo de mulheres organizou um evento na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, sobre a situação das mulheres no Brasil. Foram mais de quatrocentas participantes, num movimento que deu início ao Centro da Mulher Brasileira (CMB), primeira organização feminista no país. Mais de quatro décadas depois, ocupamos o mesmo espaço, agora como mulheres, negras, trans, faveladas, professoras, nordestinas, mães, enfim, mulheres em toda a sua diversidade. No evento de outrora, mulheres negras fizeram críticas contundentes à organização que, apesar de contar com personagens importantes da luta contra a ditadura, não abarcou a diversidade de experiências do que é ser mulher. No final de novembro de 2017, fizemos da ABI um espaço de debate político. Um debate vivo, cheio de nuances, em que cinco centenas de nós afirmamos que vamos ocupar a política, os espaços de poder; contudo, não em uma ocupação meramente "cotista". Há, inegavelmente, um novo momento, uma marcha em fermentação de mulheres rumo à apropriação dessas engrenagens.

Certamente essa não é uma particularidade do Feminismo ou do Feminismo Brasileiro. Paredes (2010, p. 118) registra uma significante experiência desde a Bolívia, ao afirmar que não seria sincero, ou autocrítico, um movimento que não admite equívocos cometidos. "Essa crise também afetou nossa própria casa. Muita teoria, boas palavras, performances, fama internacional, mas pouca prática política no meio de nossa própria sociedade", o que

configurou ignorância do Feminismo no ínterim das comunidades e organizações sociais de mulheres na Bolívia.

Para esta autora a incorporação do Feminismo no neopatriarcado, ou a despolitização do Feminismo tornou possível essa fragilidade. A despolitização ocorreu quando algumas alas entenderam que era possível conviver, ou negociar, com o capitalismo, ou que o acesso às instituições poderiam sinalizar espaços sociais e institucionais para as mulheres. Todavia, os movimentos transnacionais estão trazendo luz para essas questões, na medida que trazem as pautas das mulheres latino-americanas e caribenhas, ao mesmo tempo em que denunciam a perversidade das políticas liberais e neoliberais no continente americano.

Temos, por exemplo, a rede que se tornou o "Ni Una Menos", que tem cerne com uma marcha multitudinária de protesto contra a violência de gênero que crescia em várias cidades e províncias da Argentina, e se estende para o Chile e o Uruguai, cuja reprodução da violência ganhou evidência a partir de junho de 2015. Especificamente na Argentina, o "Ni Una Menos" não denunciou apenas a violência de gênero, evidenciou a misoginia revelada pela extrema violência que ceifou vidas de adolescentes como Chiara Paéz, de 16 anos, dopada, estuprada, torturada e morta a pauladas por três homens, dentre esses, pai e filho e a morosidade do Estado em buscar respostas para o caso.

O movimento foi abraçado por diversos grupos feministas em alusão ao poema de Susana Chavéz "Nenhuma Morta Mais" para protestar contra feminicídios cotidianos em sua vila. Chavéz também foi assassinada por suas lutas. A marcha transformou-se em um evento para encontro e protesto durante vários meses, "viralizando" suas demandas e convocando as mulheres para pressionar a política, ou a mudança nas políticas para as mulheres.

Entre as demandas estão a mitigação e extirpação das violências de gênero e, com isso, a ampliação dos instrumentos de proteção para as mulheres, a ampliação das discussões sobre gênero e questões ligadas às mulheres por meio de estratégias educacionais e culturais, bem como a inclusão econômica, política e cultural sob a perspectiva da igualdade social e de direitos.

O movimento tornou-se rede e passou a ter participação em mais de 150 cidades na América Latina, incluindo cidades brasileiras, com presença na articulação que culminou no 13º Mundo de Mulheres, em 2017, realizado em Florianópolis, em conjunto com o 11º Fazendo Gênero, evento organizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, o "Ni Una Menos" tem conseguindo empreender algumas discussões nas políticas institucionais, inclusive, elegendo parlamentares comprometidas, ou forjadas, na Argentina, no Chile e no Uruguai.

No México e em alguns países da América Central, como Costa Rica, Honduras e El Salvador, a resistência feminista tem sido construída, sobretudo, por mulheres indígenas ou da floresta. São movimentos que contestam a lógica machista e misógina em seus espaços, mas, mais do que isso, constroem resistências ao sistema em que operam a política e a economia em seus respectivos países. Contestam governantes e seus crimes políticos e sociais e que instituem e autorizam violências diversas para aqueles e aquelas que denunciam seus crimes. Neste panorama:

> A luta das mulheres indígenas zapatistas, que teve início na década de 1980 e que ganhou maior visibilidade com o levante armado realizado pelo EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) em 1994, têm colocado para o pensamento feminista contemporâneo, principalmente por meio da produção de uma variedade de documentos nos quais expressam suas opiniões e pautas reivindicativas, a importância de se atentar para as especificidades culturais, o que abre espaço para se pensar outras possibilidades e formas de se construir e compreender o Feminismo. (NASCIMENTO; MARTINS, 2015, p. 65)

No caso dos países das América Central, mortes emblemáticas de mulheres são registradas em curtos espaços de tempos, entretanto, não ganham destaque na comunicação mundial e recebem muito pouco respaldo para se tornarem crimes políticos. Não só na América Central. Na América do Sul, embora a eleição de mulheres Presidentas em vários

países da região, a exemplo de Michelle Bachelet (Chile), Cristina Kirchner (Argentina), Laura Chinchilla (Costa Rica) e Dilma Rousseff (Brasil), pudesse demonstrar a tendência de aumento da liderança política feminina no continente (o que não ocorre), o número de assassinatos de mulheres líderes ou representantes populares e parlamentares, não diminuiu; pelo contrário, aumentou (SILVA, 2016).

No Brasil, assistimos à recente e chocante morte de Marielle Franco no Rio de Janeiro, cujo corpo havia fenótipos e marcadores de mulheres negras, faveladas, trans, migrantes e toda uma diversidade que fez de Franco a terceira parlamentar com maior número de votantes na cidade do Rio de Janeiro. Marielle não foi apenas parlamentar, foi uma mulher negra que se pretendeu intelectual, teorizou sobre os impactos das políticas de segurança pública sobre a juventude negra e consequentemente sobre as mulheres.

Para Franco (2018, p. 8), há novas formas de pensar a política, novas metodologias, novos rumos e novas mulheres nesses espaços. A internet é um espaço de diálogo e articulação política, grupos nas redes sociais como PretaLab, MariaLab e Blogueiras negras mostram a resistência à difusão do discurso de ódio. Mulheres negras e indígenas se colocando como força política importante no cenário nacional, saindo da subalternidade para a formulação.

O desafio é construir um projeto político que não exclua o que trouxe as mulheres até aqui, que não as tornem secundárias e que se mantenha afinado com as lutas dos movimentos. Eleger feministas comprometidas com projetos de transformação. A aposta é que outras mulheres sejam fortalecidas para ocupar os espaços de poder. Qualquer projeto político comprometido com as mulheres e contra todas as opressões não pode ignorar as questões trazidas (FRANCO, 2018).

Compreende-se que as resistências estão sendo construídas e/ou evidenciadas com novos protagonismos, como o das mulheres negras e indígenas. Não somente isso, há um projeto de efetiva ocupação desses espaços para tratar de uma política de presença atrelada a uma política de ideias já existentes. Entretanto, as estruturas e instituições, inibem a maior presença feminina e feministas nesses espaços.

Ainda há, uma evidente inexistência de políticas projetadas por e para mulheres no Brasil. O que se destaca como política, é projetado por homens (e suas intersecções), portanto, estão centradas para os objetivos desses homens. Seja no campo (rural) ou na cidade (urbano). As políticas que mais crescem no Brasil, são as políticas voltadas para o agronegócio, as que beneficiam as religiões cristãs, sobretudo protestantes e evangélicas, enquanto que a católica mantém tranquilamente seu espaço. Mais recentemente a indústria armamentista ganhou fôlego o que deu espaço para a chamada Bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala) no parlamento brasileiro – ala política de conservadores que convergem em pautas entre si e com o Poder Executivo Federal.

Das consequências desse avanço conservador, a reforma agrária que beneficiaria um maior número de mulheres no rural brasileiro, dado o recorde de mulheres cadastradas na (agora famigerada) Política Nacional de Reforma Agrária aparece tão distante quanto há 40 ou 50 anos atrás quando ouvíamos falar da revolução verde – causadora de um dos maiores processos de migração interna brasileiro – migração do campo para as cidades. O que por consequência, acirrou as migrações forjadas pelo deslocamento das frentes de expansão e fronteiras agrícolas do agronegócio das terras do Centro-Oeste para a Amazônia Brasileira.

As políticas públicas referentes as pautas de mulheres (assédios, violências e feminicídios, saúde, etc.) recuaram vertiginosamente no Brasil, com o golpe político sofrido pela então Presidenta Dilma Rousseff. Os estados e municípios brasileiros acompanharam o cenário da política nacional, entretanto, com forças políticas conservadoras mais organizadas. A Bancada Evangélica articula agendas e pautas que estão coibindo e proibindo o debate sobre gênero nas escolas e universidades. O tema sobre sexualidade, direitos reprodutivos, diversidade e de identidades de gênero estão criminalizados, a única pauta que avançou em alguns espaços, foi o Nome Social. No congresso e como política pública, o aborto continua um tema intocado.

Coincidentemente a classe cuja ocupação é, majoritariamente, composta por mulheres – a docência, o governo em distintas dimensões espaciais e de poder, fez cortes grotescos e tem infringido com violência quaisquer resistências por parte de professoras e professores da rede pública, as recentes manifestações e greves dessa categoria evidenciam imagens de violências, abusos e descasos.

Partem justamente das mulheres, as principais resistências políticas instauradas no Brasil, mas que representam outros espaços na América Latina e Caribe. Durante 2018, uma manifestação contra as políticas conservadoras que articularam um candidato com histórico e processos de misoginia e violência de gênero trouxe fôlego político. Para Lemos e Oliveira (2019, p. 310):

> O movimento #Elenão nasceu suprapartidário, em um primeiro momento, no embalo das redes sociais, alcançou quase quatro milhões de integrantes no grupo [de rede social], com a característica de situar Jair Bolsonaro como candidato misógino, racista, contrário à pauta da diversidade que caracteriza as democracias contemporâneas, que inclui a agenda dos movimentos de defesa das minorias [...].O ato que marcou o movimento foi realizado em 114 cidades brasileiras e algumas em outros países como Lisboa, Paris, Londres e Frankfurt. O evento ganhou manchete no portal da conceituada rede britânica de comunicação, BBC- seção em português –, como "Maior manifestação de mulheres da história do Brasil".

Outra organização que enfrentou e denunciou esse cenário foi o das mulheres negras, também em 2018, diferenciando se do supracitado #elenão, essa articulação fez enfrentamentos ao já eleito candidato conservador. O "Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil" (ENMN-2018) reuniu mais de mil ativistas do movimento de mulheres negras, participantes dos processos organizativos nos estados e no Distrito Federal.

O objetivo central foi rememorar os 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrido em 1988, mas também se propôs avaliar os avanços na luta pela justiça social e pelo bem viver das mulheres negras e os cenários de retrocessos descritos no parco plano de governo apresentado pelo candidato eleito. Propôs também uma plataforma política a partir das perspectivas e diversidades das mulheres negras no Brasil.

Em tempo, frisa-se que o ENMN-2018 foi a única articulação de resistência materializada-massificada contra a política vitoriosa da Bancada BBB. Tal vitória provocou desânimo nos bastidores políticos de oposição e a insurgência das mulheres negras convocaram essas organizações a se rearticularem novamente de forma mais breve possível.

Considerações finais

As organizações nacionais e internacionais refletem a forma como a política ainda é construída, projetada e por quem é pensada, nesse artigo o exemplo trazido partiu da ONU e, que mesmo com a ONU-Mulheres reflete as dificuldades de se pensar as mulheres. Isso porque a política ainda é um espaço masculino.

Nas últimas décadas, a crescente espacialização de organizações feministas na América Latina e Caribe e o contato com articulações de outros continentes vêm contribuindo para aprimorar as estratégias dos movimentos de mulheres. Para isso a interseccionalidade de categorias forjadas pelos movimentos e teorizadas pelas acadêmicas feministas tornou-se uma importante ferramenta.

Existe uma classe de especialistas que exerce a função de interlocutora com a academia, buscando influenciá-la sobre a necessidade de atender as demandas das mulheres. Na Geografia, são as/os geográfas/os feministas que fazem esse esforço ontológico, epistêmico e metodológico. Respaldadas pela Teoria Feminista e pela Teoria Política Feminista.

Essas/es especialistas fazem o esforço de analisar e acompanhar as transformações e tensões orquestradas pela representação feminista e/ou de mulheres na América Latina e em especial no Brasil, mas também na academia, pois entendem que esse é um espaço, suma-

riamente importante nas questões de gênero e feministas. Geógrafas/os brasileiras/os em profícuos diálogos com seus pares em diversos espaços acadêmicos do mundo inteiro têm se debruçando sobre os direitos humanos das mulheres, o acesso à política, e as tomadas de decisões pensando o espaço a partir das categorias Lugar e Poder. Em razão disso, o Feminismo na Geografia e nas demais ciências tem o compromisso com um projeto político.

Dessas aproximações surgem muitos ganhos como as discussões sobre migrações e as dimensões da mobilidade que se tornam cada vez mais fortalecidas. A Geografia Feminista vai se construindo nessas perspectivas, em um campo de análise dentro da Geografia que está atento as condições em que as mulheres estão submetidas socialmente.

Movimentos, redes, instituições ou agências de políticas para as mulheres estão se espacializando em distintos espaços-tempos. Uma vez espacializadas, a Geografia como ciência pode contribuir com as demandas das mulheres e as perspectivas de gênero. Todavia, é preciso delinear e trabalhar sobre as contradições presentes no Feminismo. Tais contradições são lugar comum em todo e qualquer movimento, teoria ou pensamento social. Enfrentá-las estão dando confiabilidade e aproximações dos movimentos sociais para com a academia que mantinham um certo distanciamento.

Quanto as constituições dos Direitos Humanos das Mulheres, percebe-se que eles estão ainda, aquém de uma abordagem dos Direitos Humanos Universais e isso tem gerado tensões com outras áreas de conhecimento como o Direito e as Relações Internacionais. Embora esse não seja um debate estrito ao campo de análise do Direito, é urgente aproximar o Direito Internacional aos Direitos Humanos para convergir em um Direito das mulheres.

O Direito Internacional, embora em franca consolidação dentro das organizações internacionais, das políticas internas e externas, ainda não é um espaço sensível às demandas das mulheres. Nessa perspectiva, a Geografia e as Relações Internacionais que se originam do escopo geo-histórico também pode contribuir, já o que o Feminismo não se debruça sobre uma questão "localizada" como fora outrora supracitado. As relações de Gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres.

Voltamos a fazer a afirmação de Marielle Franco que o desafio é construir um projeto político que não exclua as mulheres e forje seus protagonismos e evidências, além de se manter ladeando as lutas dos movimentos. Disso resulta que mulheres sejam fortalecidas para ocupar os espaços de poder. A adoção do conceito de Gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos e ampliou nosso campo de estudo. O espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero.

Tende-se a concordar que o que converge para mudanças significativas são as pressões que movimentos de mulheres em vanguardas ou em surgimentos forjam novos formatos (como as ciberfeministas), sejam novos protagonismos (negras, indígenas, lébiscas, trans). Esses novos, pensam não só uma América Latina para o Feminismo, como endossam que esses espaços com distintas escalas e atuações estão ignorando o pensar político da metade da população mundial – as mulheres.

O que isso significa? Significa que ainda não somos sujeitos sociais que compõem efetivamente o Direito internacional, os Direitos Humanos, ou as ciências, mas estamos nos movimentando para isso. Como tenciona Franco, a chegada da mulher negra à institucionalidade surpreende. Essa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo. A tendência é esse quadro de não espaço das políticas para as mulheres permanecer. A classe política não tem mulheres e quando as tem, poucas são as que ocupam esses espaços com as políticas de ideias forjadas pelas mulheres, ou por perspectivas feministas.

Há uma evidente mudança nas estruturas sociais no que concerne aos debates sobre igualdade de gênero – isso é fato. Também é fato que essas estruturas têm sido tensionadas pelos sujeitos que têm menos garantias de vida e sobrevivência – as mulheres. Dessa forma, mais do que usar o conceito de interseccionalidade, é urgente agir interseccionalmente. Nas práticas e discursos, mas principalmente trajetórias individuais, coletivas e acadêmicas. E isso deve ser construído de forma a se fazer presentes as várias dimensões da raça (cor, corporeidade), da classe (como posição social e identificação), o gênero (como

construção e desconstrução) e o espaço (trajetos, lugares, territórios) como vem nos alertando as mulheres negras.

O histórico da Geografia Feminista dentro da Geografia já configura uma potente contribuição, mas é preciso mais. É preciso reconhecer que o espaço é um direito humano negado às mulheres!

Por fim, dedicamos essas análises e o esforço de diálogo à Marielle Franco que empreendeu um debate espacial e provavelmente teve sua vida ceifada por isso, e à professora María Lugones que ao término deste artigo, fez da data, o advento de sua passagem.

Referências

BASTERD, Leila Linhares. **O Direito Internacional e o Movimento das Mulheres**. Revista Estudos Feministas. Nº 1, p. 191-197, 1995.

BIROLI, Flávia. **De Onde Surgiram essas Mulheres?** In: LE MONDE, Diplomatique Brasil – A Revolução Será Feminista. Ano 11, nº 12, p.7-8, 2018.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. **50 anos de Feminismo:** Argentina, Brasil e Chile – A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democrático. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Lola. **Muito discurso e pouco dinheiro:** ministério de Damares gasta apenas R$ 2 mil com mais vulneráveis na pandemia. Revista Gênero e Número, 2020. Disponível em: http://www.generonumero.media/gastos-ministerio-mulher-coronavirus-damares-covid/ Acessado em: 20 de junho de 2020.

FRANCO, Marielle. **O Novo Sempre Vem.** In: LE MONDE, Diplomatique Brasil – A Revolução Será Feminista. Ano 11, nº 12b, Jan. 2018.

HARAWAY, Donna J. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, v. 5, p. 07-42, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Lugares que fazem diferença:** Encontros com Doreen Massey**.** GEOgraphia, UFF. Vol.19, Nº40, 2017: mai./ago.

hooks, bell. **Erguer a Voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

hooks, bell. **Teoria Feminista:** Da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Elefante, 2019.

IPEA, Ministério da Economia. **Atlas da violência**. Org: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

LEMOS, Cândida Emilia Borges; OLIVEIRA, Cássio Leonardo Amorim. **Nos atos do #EleNão, corpos em movimento expressam símbolos e opiniões.** Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 308 – 322, set. 2019.

LODETTI, Alex. **Homens encarcerados por violência sexual:** um Estudo sobre enunciação e performatividade, (Dissertação de Mestrado), CFCH/UFSC, Florianópolis – SC, 2010.

MACÊDO, Marcia dos Santos. **Nas tramas das interseccionalidade:** Mulheres chefes de família em Salvador. Tese de doutorado. PPGCS-UFBA, 2008.

MACKINNON, Catharine. **Toward a Feminist: Theory of The State**. First Havard University Press, 1991.

MARTÍNEZ, Ana S., MOYA, Juana R. e MUNOZ, M. **Mujeres, Espacto y Sociedad** – Hacia una Geografía del Género. Madrid: Síntesis, 1995.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2009.

MCDOWELL, Linda. **Doing Gender:** Feminism, feminists and research methods in human geography. In: Transaction on the Institute of British Geographers, v. 17, n. 4, p. 399-416, 1992. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/622707?seq=1 . Acessado em 16 de junho de 2020.

MCDOWELL, Linda. **Gênero, identidad y lugar:** un estudio de las geografías feministas. Valencia: Cátedra, 2000.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: Uma Introdução.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, Priscila da Silva; MARTINS, Adan Richard Moreira. **A Luta das Mulheres no México e a Perspectiva de um Feminismo Indígena:** O Caso das Mulheres Indígenas Zapatistas. Revista Ártemis, Vol. XIX; jan-julho 2015, pp. 64-72.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Tradução: Flávia Biroli. Revista Estudos Feministas, v. 16, n.2, Florianópolis, maio/ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200002&script=sci_arttext. Acessado em 1º de julho de 2020.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo indígena comunitário**. In: Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano . (Org.) Yuderkys Espinosa Miñoso. 1. ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PHILLIPS, Anne. **De uma Política de Ideias a uma Política de Presença?** Revista Estudos Feministas. Ano 9. 2ºsem. p. 268-290, 2001.

RATTS, Alex. **Corporeidade e Diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola:** uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. São Paulo: Terra Livre – N. 46 (1), p. 114-141, 2018.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido:** Os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. R. Viana. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Andréia Rosenir da. **A Construção de Gênero no Âmbito das Relações Internacionais:** Direitos Humanos das Mulheres e a Necessidade de Instrumentos eficazes a sua Consolidação. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2016.

SILVA, J. M. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **Geografia e Gênero na Argentina:** Uma Entrevista com Diana Lan. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 10, n. 2, p. 252260, 2019.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **Geografias feministas na América Latina:** desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. Journal of Latin American Geography, v. 19, n.1, p. 163-171, 2020.

SILVA, Joseli Maria. **Não Excluam Metade da Humanidade da Geografia Humana:** entrevista com Janice Monk. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 148-152, 2010.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. **Geografia e Gênero/Geografia Feminista - O que é isto?** Boletim Gaúcho de Geografia, v. 23, p.105-110, 1998. Versão online disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385. Acessado em 23 de junho de 2020.

VIOLÊNCIA doméstica e familiar contra a mulher. DataSenado, 2019. Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1. Acessado em 15 de junho de 2020.a